

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****2ª VARA CÍVEL****RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1004771-28.2018.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Práticas Abusivas**
 Requerente: **Silas Regis dos Santos**
 Requerido: **BANCO PAN S.A.**

Justiça Gratuita

Juiz de Direito: Dr. **MARCELO LUIZ SEIXAS CABRAL**

Vistos.

SILAS REGIS DOS SANTOS propôs ação revisional de contrato c/c pedido de tutela provisória de urgência em face de **BANCO PAN S/A**. Preliminarmente, pleiteou pelo benefício da justiça gratuita, deferido (fl. 17). No mérito, afirmou ter celebrado contrato de financiamento para a aquisição de veículo junto ao réu em 02.09.2014, recebendo crédito no valor de R\$ 18.000,00 a ser adimplido em 36 parcelas de R\$ 773,58. Alegou que em decorrência dos elevados encargos contratuais, não amparados pela legislação vigente, não consegue efetuar os pagamentos advindos do contrato. Apontou a capitalização mensal dos juros, a cobrança de taxas e tarifas não contratadas, o que acarreta desequilíbrio contratual. Requereu a aplicação do CDC e a concessão de tutela provisória para que o réu seja impedido de incluir seu nome nos órgãos de proteção ao crédito. Pugnou pela total procedência da ação.

Acostados à inicial vieram os documentos de fls. 11/16, e posteriormente de fl. 21.

Instado a se manifestar acerca de eventual prescrição (fl. 17), o requerente veio aos autos através da petição de fls. 25/38, alegando sua não ocorrência nos termos do art. 27, do CDC.

É o relatório.**Fundamento e decido.**

Trata-se de ação que visa a revisão do contrato firmado entre as partes, diante da alegação de abusividade das cláusulas contratuais.

Pois bem, muito claro que o pretendido com o presente feito é a obtenção dos efeitos patrimoniais advindos da revisão das cláusulas contratuais, tidas pelo requerente como abusivas.

Sendo assim, a ação se sujeita ao prazo prescricional trienal nos moldes do art. 206, §3º, IV, do CC/02. *In verbis*: "Prescreve: (...) §3º: Em 03 anos: (...) IV: a pretensão de



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

ressarcimento de enriquecimento sem causa".

Nesse sentido se posiciona o E. STJ:

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. SEGURO DE VIDA COLETIVO. ALEGAÇÃO DE NULIDADE DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS. PRETENSÃO INDENIZATÓRIA DECORRENTE DA EXTINÇÃO DO CONTRATO. IMPRESCRITIBILIDADE AFASTADA. INCIDÊNCIA DO PRAZO PRESCRICIONAL ANUO. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. DESCARACTERIZAÇÃO. O objeto da ação não se restringe à declaração de nulidade das cláusulas contratuais, pretendendo o recorrente, em verdade, a obtenção dos efeitos patrimoniais dela decorrentes, depois de extinto o contrato, de sorte que a pretensão deduzida não é declaratória, puramente, e, portanto, se sujeita a prazo prescricional. (Grifo meu). (STJ. REsp 1369787 SC 2013/0067370-6. T3 - TERCEIRA TURMA. Julgamento 20 de Junho de 2013. Publicação DJe 01/08/2013. Relatora Ministra NANCY ANDRIGHI).

A contagem do prazo prescricional, no caso, se inicia com a assinatura do contrato, que se deu em 02.09.2014, conforme documento de fl. 16. Assim, tendo sido realizado o protocolo da petição apenas em 21.05.2018, claro o transcurso do prazo prescricional.

Dessa maneira, de rigor a extinção do feito, salientando-se que a prescrição é matéria que pode ser conhecida de ofício, conforme disposto no artigo 332, § 1º, do Novo Código de Processo Civil (Apelação Cível nº 990.10.036655-6, 20ª Câmara de Direito Privado do TJSP, Rel. Desembargador REBELLO PINHO).

Ante o exposto, reconheço a prescrição e **JULGO LIMINARMENTE IMPROCEDENTE** o pedido inicial, com exame do mérito, com fundamento no artigo 487, inciso II c.c. artigo 332 § 1º, ambos dispositivos insertos no Novo Código de Processo Civil.

Custas e despesas processuais pelo autor, observada a gratuidade concedida (fl. 17).

Cumpra, a serventia, o disposto no art. 241, do NCPC.

Com o trânsito em julgado e cumpridas as determinações, ao arquivo.

P.I.

São Carlos, 08 de agosto de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**